

O FUNDO DE PENSÃO DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS



Brasília, Junho de 2012

DI ESE

O que é o Portus?



- Entidade fechada de previdência complementar
- **Finalidade:** instituição e administração dos planos de previdência dos trabalhadores portuários nas empresas de administração pública
- Multipatrocinada
- Sem fins lucrativos
- Administra um único plano: Plano de Benefícios Portus 1 (PBP1)
- Criado em 1978

Benefício do Portus



- **Modalidade: Benefício definido (em extinção)**
- **Valor do benefício: 80% da média do salário de participação dos últimos 12 meses**

INSS +

PBP1

= Valor aposentadoria

Outras Modalidades de Plano



- **Contribuição definida**

- Benefício independente do salário (ou média salarial) na data da aposentadoria
- Cálculo do benefício:
 - ✦ Saldo das contribuições do participante e da Patrocinadora acumuladas e capitalizadas ao longo do tempo
 - ✦ Benefício pago enquanto houver saldo na conta do participante
- Ex. Fundo de previdência dos servidores públicos

- **Contribuição variável (ou “misto”)**

- Benefício independente do salário (ou média salarial) na data da aposentadoria
- Cálculo do benefício:
 - ✦ Saldo das contribuições do participante e da Patrocinadora acumuladas e capitalizadas ao longo do tempo
 - ✦ Benefício vitalício
- Ex. Fundos de previdência dos bancários da CAIXA e do BB

Participantes e Patrocinadoras



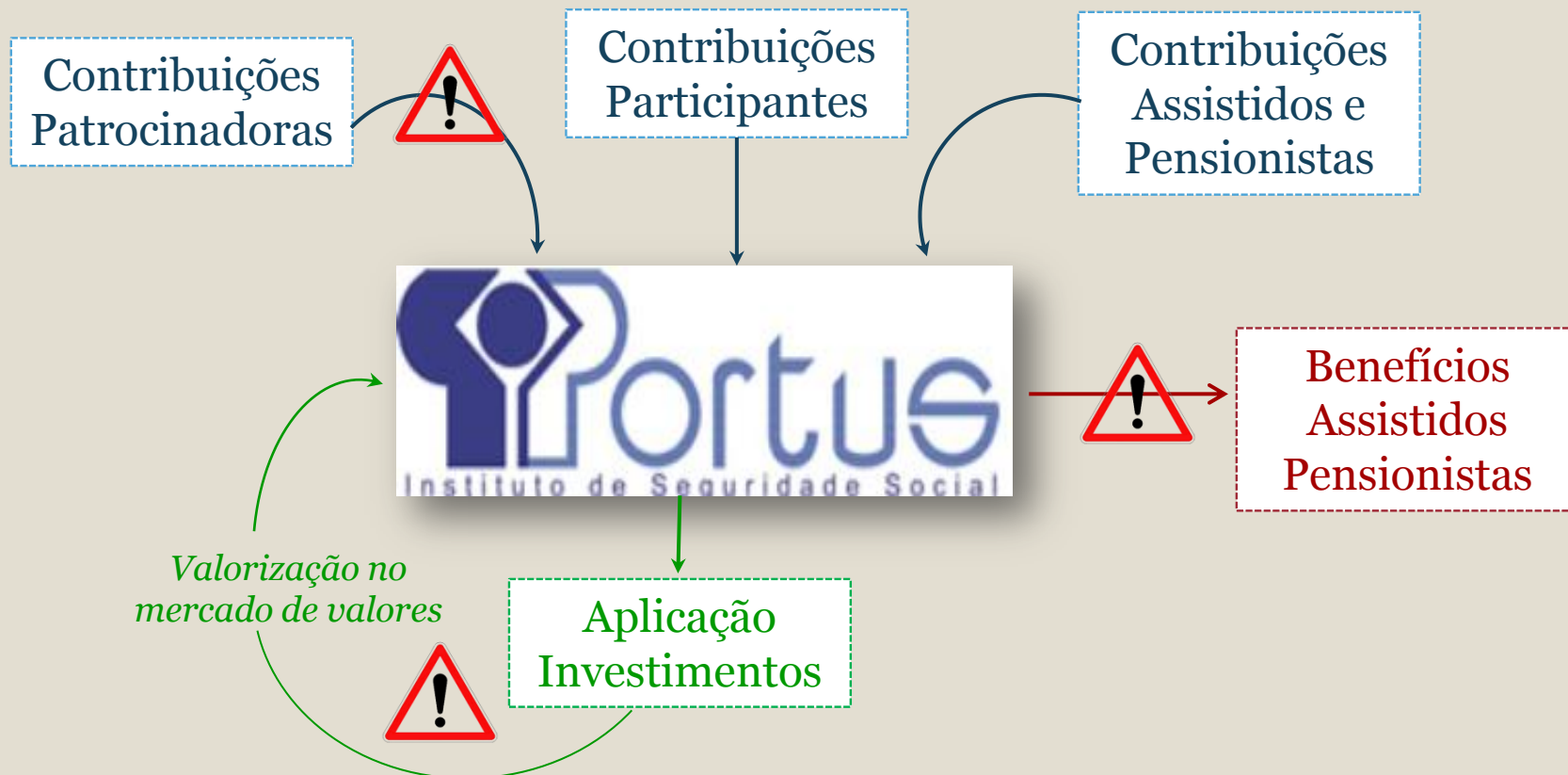
PARTICIPANTES	Quantidade
Ativos	2.093
Assistidos	5.625
Pensionistas	3.077
TOTAL	10.795

Fonte: Portus. Relatório Anual 2011

PATROCINADORAS

1. PORTUS
2. CODOMAR
3. CDC
4. CODERN
5. CDP
6. CODEBA
7. CODESA
8. CDRJ
9. CODESP
10. SPI
11. EMAP
12. SNPH
13. PORTO DE RECIFE
14. DOCAS PARAÍBA

Patrimônio e funcionamento



Valor médio dos benefícios - 2011



Valor médio dos benefícios concedidos pelo Portus - 2011 Em valores correntes

Benefícios	Frequência	Suplementação paga em dezembro de 2011 (valor bruto no mês)	Valor médio mensal em dezembro de 2011
Por invalidez	469	509.417,00	1.086,18
Aposentadoria Programada *	5.151	8.241.228,00	1.599,93
Pensão por morte	3.077	2.087.025,00	678,27
TOTAL	8.697	10.837.670,00	1.246,14

8.697 Participantes assistidos

Despesas e receitas do Portus - 2011



DESPESAS	jan/11	fev/11	mar/11	abr/11	mai/11	jun/11	jul/11	ago/11	set/11	out/11	nov/11	dez/11 (*)	TOTAL
Pagamento de Benefícios (Valor Bruto)	10.699.813	10.977.719	11.158.534	11.206.479	11.073.697	11.057.545	11.011.232	11.231.826	11.102.844	11.067.842	11.197.834	21.695.861	143.481.227
Despesas administrativas	1.224.839	1.062.382	1.009.136	2.089.523	1.584.630	1.177.540	1.317.499	1.403.512	1.037.626	884.360	849.602	1.119.495	14.850.143
Despesas de investimentos	1.164.518	1.626.069	47.303	25.325	20.997	776.139	21.879	19.018	17.134	12.956	15.410	17.305	3.764.053
Despesas judiciais	2.712.348	593.176	3.424.788	111.143	382.396	295.099	601.155	312.960	229.766	314.975	145.646	4.037.957	13.161.409
TOTAL DESPESAS PORTUS	15.801.518	14.259.346	15.639.761	13.432.470	13.061.720	13.306.323	12.951.765	12.967.316	12.387.370	12.280.133	12.208.492	26.870.618	175.256.832

* Valor do benefício inclui décimo terceiro salário

RECEITAS	jan/11	fev/11	mar/11	abr/11	mai/11	jun/11	jul/11	ago/11	set/11	out/11	nov/11	dez/11	TOTAL
Previdenciárias	3.599.630	3.962.250	4.130.463	4.119.290	4.109.413	4.063.693	4.194.745	3.935.000	3.921.287	4.575.153	4.216.881	7.546.961	52.374.766
Contribuições**	2.453.193	2.787.280	2.981.487	3.107.402	3.129.318	2.895.622	3.078.787	2.762.080	2.747.223	3.397.880	3.035.928	6.316.260	38.692.460
RTSA	1.104.963	1.151.647	1.119.418	970.668	952.123	1.137.252	1.094.608	1.151.087	1.152.123	1.153.821	1.160.795	1.202.888	13.351.393
Outras receitas	41.474	23.323	29.558	41.220	27.972	30.819	21.350	21.833	21.941	23.452	20.158	27.814	330.914
De investimentos ***	13.275.928	1.938.742	1.311.720	3.289.231	3.980.216	1.327.786	1.207.234	3.127.886	1.332.998	2.143.830	1.578.365	1.204.806	35.718.742
TOTAL DE RECEITAS	16.875.558	5.900.992	5.442.183	7.408.521	8.089.629	5.391.479	5.401.979	7.062.886	5.254.285	6.718.983	5.795.246	8.751.767	88.093.508

** Contribuições de participantes/assistidos/patrocinadoras

*** Receitas de investimento, tendência decrescente em razão do esgotamento mês a mês do Patrimônio

DÉFICIT/SUPERÁVIT	jan/11	fev/11	mar/11	abr/11	mai/11	jun/11	jul/11	ago/11	set/11	out/11	nov/11	dez/11 (*)	TOTAL
Déficit (benefício / contribuições)	-7.100.183	-7.015.469	-7.028.071	-7.087.189	-6.964.284	-6.993.852	-6.816.487	-7.296.826	-7.181.557	-6.492.689	-6.980.953	-14.148.900	-91.106.461
Déficit TOTAL	1.074.040	-8.358.354	-10.197.578	-6.023.949	-4.972.091	-7.914.844	-7.549.786	-5.904.430	-7.133.085	-5.561.150	-6.413.246	-18.118.851	-87.163.324

Despesas e receitas do Portus - 2011



Benefícios = R\$143,48 milhões
Dispêndio total = R\$175,26 milhões

Receitas Previdenciárias = R\$52,37 milhões
Receitas totais = R\$88,09 milhões

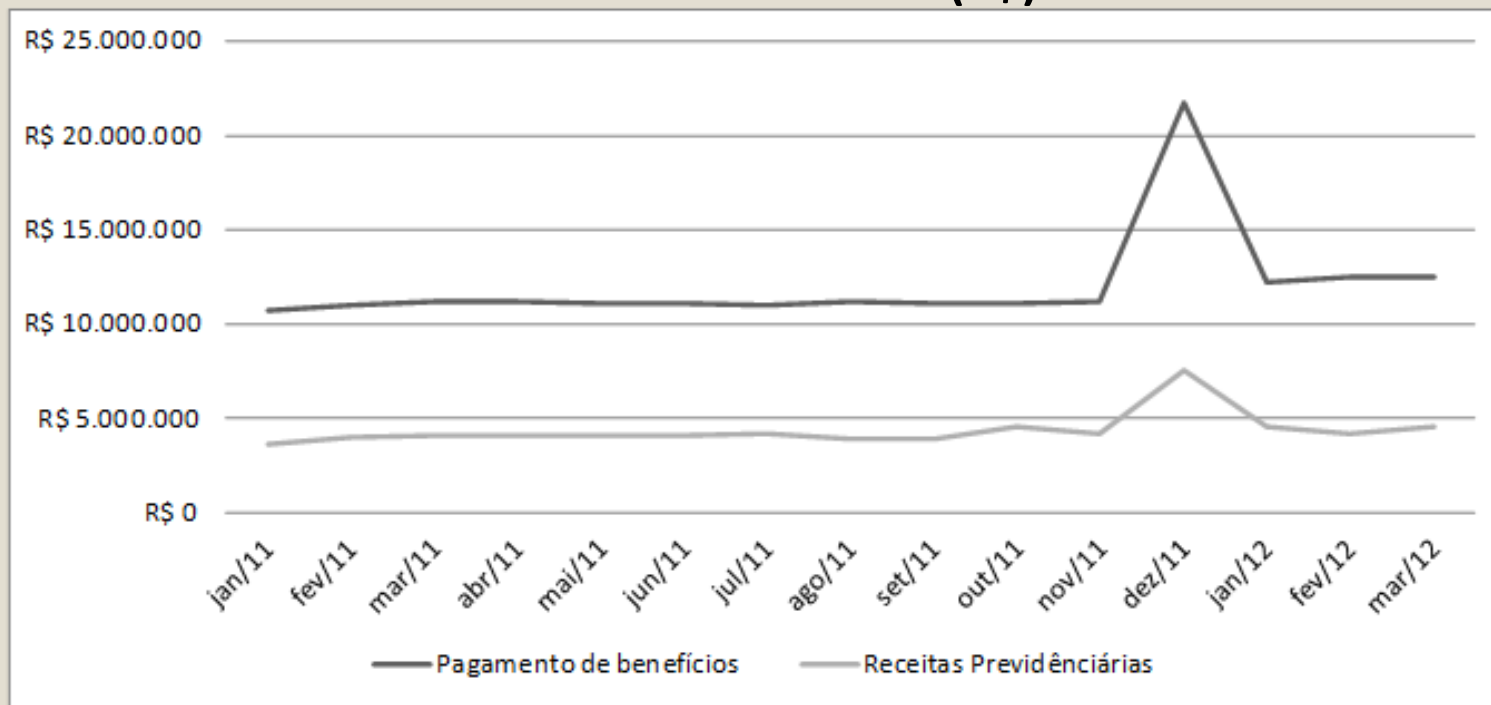
Déficit Benefícios/ Contribuições = R\$91 milhões
Déficit total = R\$87 milhões

Média mensal do déficit (receitas previdenciárias/ benefícios concedidos) = R\$7,59 milhões

Despesas e receitas do Portus - 2011



Relação entre o valor dos benefícios concedidos e as receitas previdenciárias arrecadadas - 2011 e primeiro trimestre 2012
Em valores correntes (R\$)



A partir de 2012, tendência à ampliação. Em fevereiro e março déficit superou R\$8 milhões

Dívidas com o Portus



- **CONTRIBUIÇÕES NORMAIS**
- **RTSA**
- **RETIRADA PORTOBRAS**

Dívidas com o Portus



- **CONTRIBUIÇÕES NORMAIS**

Patrocinadora	Dívidas de Contribuições	Percentual	} 84,5%
CODESP	584.153.767,42	53,42%	
CDRJ	339.390.302,26	31,04%	
CODERN	46.926.991,05	4,29%	
CODOMAR	45.291.478,51	4,14%	
CDP	41.489.135,13	3,79%	
CODESA	31.701.635,56	2,90%	
CODEBA	2.066.141,89	0,19%	
SNPH	1.169.489,62	0,11%	
SPI	910.985,33	0,08%	
DOCAS PB	225.671,52	0,02%	
PORTO DO RECIFE	115.512,46	0,01%	
CDC	47.973,00	0,00%	
EMAP	15.633,32	0,00%	
TOTAL	1.093.504.717,07	100,00%	

Dívidas com o Portus



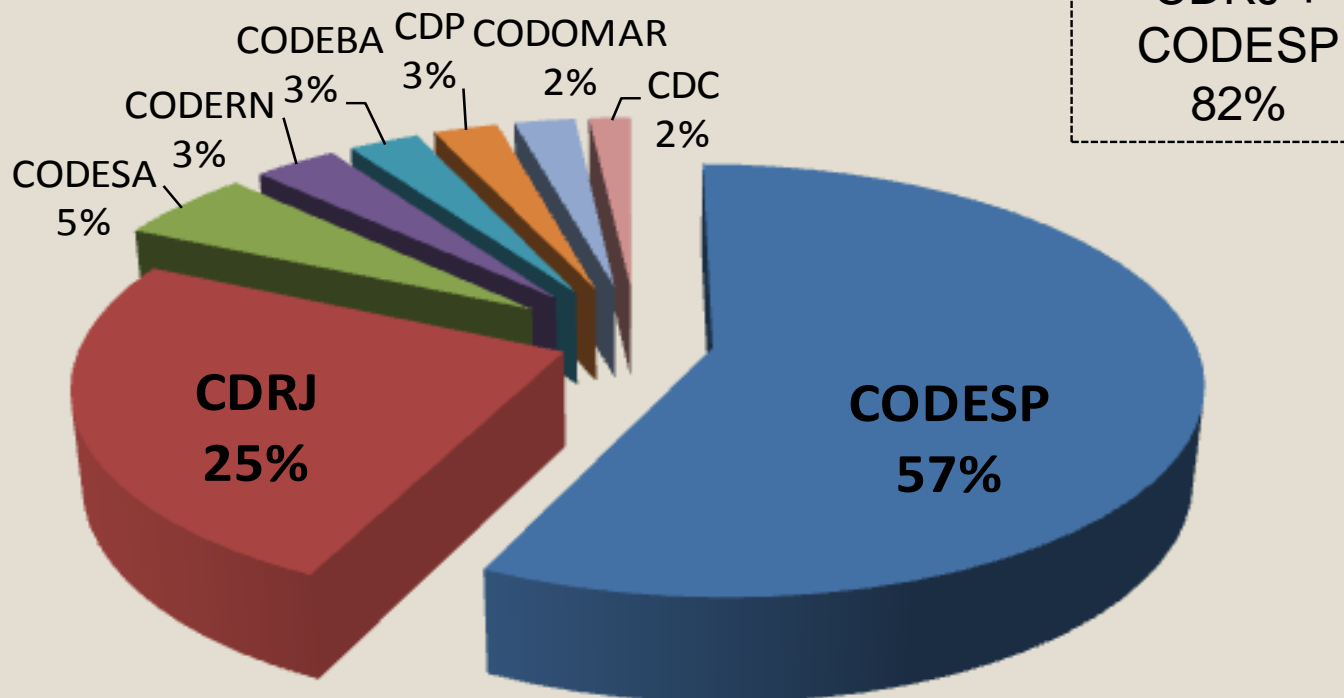
- **RTSA**

Patrocinadora	Dívidas RTSA	Percentual	} 80%
CODESP	1.037.352.214,41	58,87%	
CDRJ	365.552.152,39	20,75%	
CODESA	122.184.265,79	6,93%	
CODEBA	77.195.054,38	4,38%	
CDC	47.412.461,12	2,69%	
CODERN	46.404.761,90	2,63%	
CDP	31.387.201,16	1,78%	
CODOMAR	23.359.475,03	1,33%	
SPI	4.271.138,34	0,24%	
APR	3.303.753,22	0,19%	
DOCAS-PB	1.270.820,03	0,07%	
PORTUS	1.225.182,87	0,07%	
SNPH	1.015.163,22	0,06%	
EMAP	43.580,92	0,00%	
TOTAL	1.761.977.224,78	100,00%	

Dívidas com o Portus



- **PERCENTUAL DO TOTAL (CONTRIBUIÇÕES + RTSA)**



Valor Aproximado do Total das Dívidas das Patrocinadoras R\$ 2bi 855milhões

Dívidas com o Portus



- **RETIRADA PORTOBRAS** **R\$1.237.986.713,47**

TOTAL DÍVIDAS AO PORTUS

Contribuições Normais.... R\$ 1.093.504.717,07

RTSA..... R\$ 1.761.977.224,78

Retirada Portobrás R\$ 1.237.986.713,47

TOTAL **R\$ 4.093.468.655,32**

Consequências da Inadimplência



- CUSTO DE OPORTUNIDADE
- ALOCAÇÃO DE RECURSOS
- LIQUIDEZ

Custo de Oportunidade



- Indiretamente, perdas pela indisponibilidade de recursos no devido tempo.
- De 2003 a 2011 as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) alcançaram rentabilidade de 332,89% (ante 181,43% da meta atuarial). 151 pontos a mais.

Ano	Meta mínima atuarial INPC + 6%	Rentabilidade das Entidades Fechadas de Previdência
2003	17,01%	30,01%
2004	12,50%	21,07%
2005	11,35%	19,05%
2006	8,98%	23,45%
2007	11,47%	25,88%
2008	12,87%	-1,62%
2009	10,36%	21,50%
2010	12,85%	13,26%
2011	12,44%	9,80%
Acumulado	181,43%	332,89%

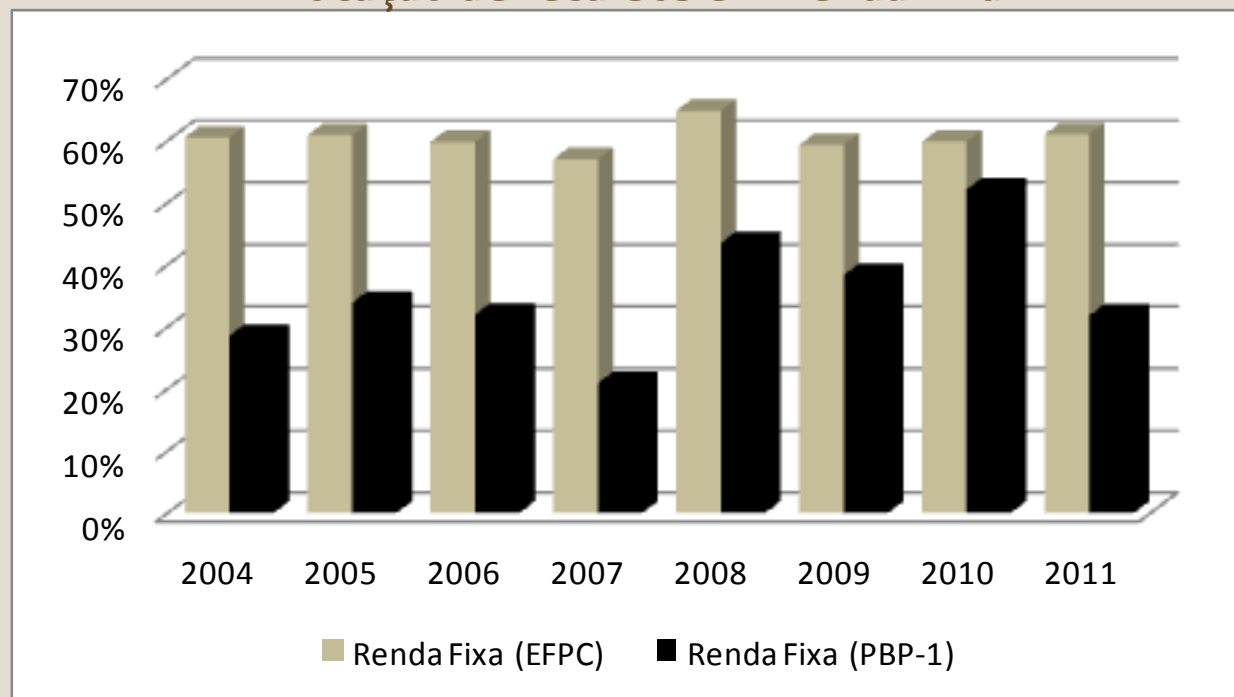
A meta mínima atuarial é o referencial mínimo. Se não atingido esse piso pode ocasionar déficit ao plano.

Alocação de Recursos



- Disparidade na aplicação em renda fixa (títulos públicos)
- Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) vs Portus

Alocação de recursos em Renda Fixa

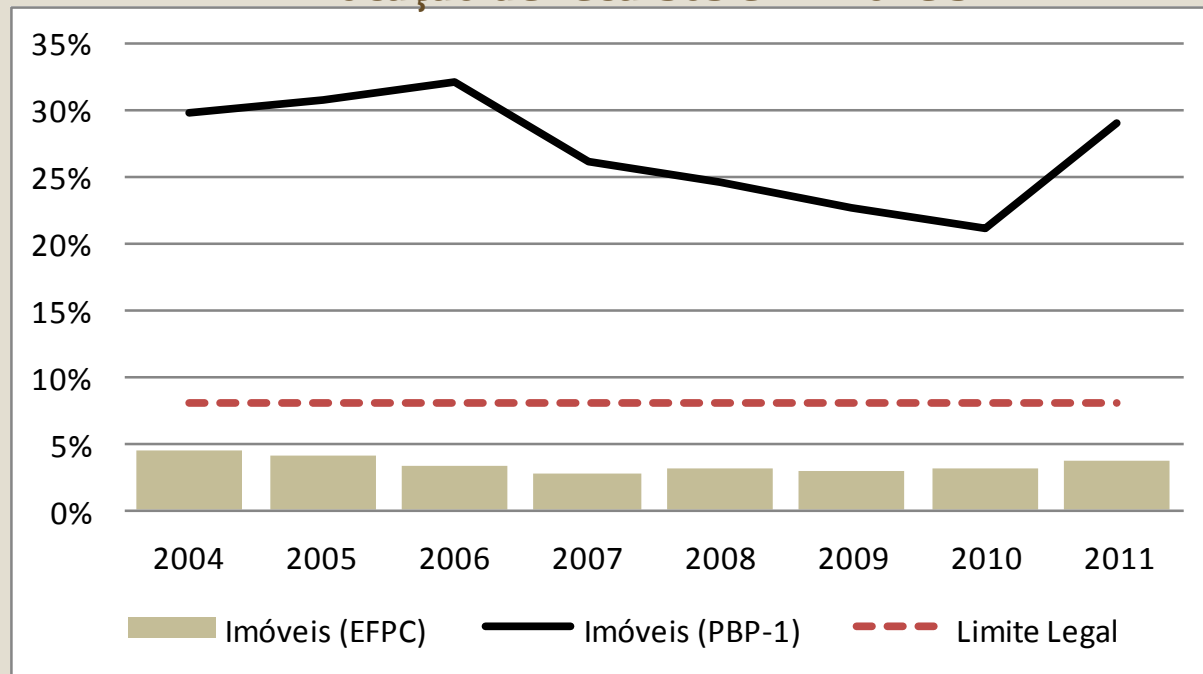


Alocação de Recursos



- Disparidade na aplicação em imóveis (causada pela necessidade de venda de ativos líquidos de outros segmentos de aplicação)
- Plano com baixa liquidez
- Desrespeito ao limite legal

Alocação de recursos em imóveis



Liquidez



- Número de assistidos = 80% do total de participantes (dez 2011) → Necessidade de capital em caixa para pagar benefícios
- Inadimplência das Patrocinadoras resultou em redução de dinheiro em caixa e necessidade de venda de ativos líquidos (títulos e ações) em condições desvantajosas

Estudo encomendado pela CODESP à FGV



- Estudo sobre o Equacionamento da Dívida da CODESP junto ao PORTUS realizado em 25 de novembro de 2010
- Limitado às premissas que mantenham equilíbrio entre ativos e passivos, através da utilização da taxa mínima atuarial. Em outras palavras, é uma *'conta de chegada'*.
- Não é um cálculo de dívida das contribuições ou serviço passado na forma estabelecida pelo Regulamento.
- Pelo critério da CODESP, a dívida da companhia é reduzida em mais de 55% (ou seja, menos da metade de seu valor).
- Em reunião na SEP no dia 7 de maio de 2012 foi anunciada a contratação da FGV para calcular, com a mesma metodologia, as dívidas das demais patrocinadoras.
- Início oficial do novo estudo: 03/05 (porém começaram a trabalhar em abril)
- Término previsto: compromisso 90 dias (solicitação de antecipação para 60)

Perdas e possíveis perdas



- Apropriação do Superávit do Plano por Patrocinadoras (Por ex. RTSA apurada pela STEA no ano 2000 = integralização de R\$95 milhões em vez de R\$514)
- Patrocinadoras não recolheram contribuições e utilizaram o recurso segundo sua conveniência (também uma forma de apropriação)
- Inadimplência inviabilizou a constituição de reserva de contingência e afetou a política de investimentos (sujeita a limites legais)

Riscos adicionais



- Mudança da taxa mínima atuarial
- Imagine-se a seguinte hipótese:

Reserva necessária em 10 anos (ano 2022)	R\$ 10.000.000,00
Valor presente do montante necessário em 2022	R\$ 5.583.947,77
Taxa de juros (i)	6%
Reserva necessária em 10 anos (ano 2022)	R\$ 10.000.000,00
Valor presente do montante necessário em 2022	R\$ 6.139.132,54
Taxa de juros (i)	5%

- Segundo o Parecer atuarial do Portus de 2011, a mudança na taxa representa custo ao plano de R\$372 milhões

Riscos adicionais



- Tábua de mortalidade: instrumento estatístico utilizado para estimar a probabilidade de morte.
- A adoção de tábua que não corresponda à expectativa de sobrevivência da massa do plano pode gerar déficits (mais tempo de vida impõe necessidade maior de recursos).
- PBP1 adota a tábua AT-83, critério mínimo legal (cuja expectativa de vida é menor do que a tábua AT-2000).
- A mudança para a utilização da AT-2000 significaria necessidade maior de recursos

Riscos adicionais



- Para calcular o recurso necessário considera-se o passivo (obrigações a pagar) e o ativo (bens e direitos)
- Se o valor dos bens e direitos não estiver corretamente dimensionado, corre-se o risco de se subestimar a necessidade de recursos
- Tal risco pode se materializar principalmente no segmento de imóveis

Conclusões



- Além do pagamento de dívida é necessário equacionar o plano (estimar a reserva necessária para honrar compromissos) e o valor real dos ativos
- É necessário avaliar as hipóteses atuárias (Tábua, taxa de juros)
- Regularizar a dívida da forma que está sendo proposto é premiar quem não honrou seus compromissos

Ações tomadas pela FNP



- Articulação e atuação política nas diferentes instâncias governamentais:
 - PREVIC/ Ministério da Previdência Social
 - DEST/ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
 - Secretaria de Portos (SEP)
 - Casa Civil
- Reunião da Comissão de Acompanhamento da Intervenção ao Portus
- Assessoria Econômica: Estudo e acompanhamento técnico do DIEESE, Técnicos do Escritório Regional e da Subseção na FNP.
- Assessoria jurídica



Obrigado pela Atenção

erdf@dieese.org.br

fiorella@dieese.org.br

fnportuarios@terra.com.br

Brasília, Junho de 2012